

# **SELEÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE TEXTOS**

**IVAN BARBOSA HERMINE**

**ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA – VOL V / VIII**

**DOCTRINAS ECONÔMICAS DA ÉPOCA DO CAPITALISMO**

**SÃO PAULO**

**2020**

## SUMÁRIO

### ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA – VOL V / VIII

5 DOCTRINAS ECONÔMICAS DA ÉPOCA DO CAPITALISMO -----	03
5.1 O Mercantilismo -----	03
5.2 A Economia Política Clássica Burguesa -----	06
5.3 O Aparecimento da Economia Política Vulgar -----	11
5.4 A Economia Política Pequeno-Burguesa -----	13
5.5 Os Socialistas Utópicos -----	14
5.6 Os Democratas Revolucionários na Rússia -----	15
5.7 A Reviravolta Revolucionária na Economia Política Realizada por K. Marx e F. Engels -----	18
5.8 A Ulterior Decomposição da Economia Política Burguesa -----	23
5.9 A Economia Política Burguesa da Época do Imperialismo -----	26
5.10 A Crítica Pequeno-Burguesa do Imperialismo -----	37
5.11 Teorias Econômicas do Revisionismo e do Reformismo Contemporâneo -----	38
5.12 O Desenvolvimento da Economia Política Marxista do Capitalismo por V. I. Lênin -----	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	52
APÊNDICE – Sobre a organização de textos -----	53
ÍNDICE GERAL DA OBRA -----	55

## 5 DOCTRINAS ECONÔMICAS DA ÉPOCA DO CAPITALISMO

### 5.1 O Mercantilismo

Com o desenvolvimento do capitalismo e a acentuação de suas contradições, formaram-se e desenvolveram-se diferentes tendências do pensamento econômico que expressavam os interesses de determinadas classes.

Na luta contra o feudalismo, pela consolidação da ordem capitalista, a burguesia criou sua própria economia política que refutava as concepções econômicas dos ideólogos do feudalismo e que, durante algum tempo, desempenhou papel progressista.

O aparecimento do capitalismo deu-se no século XVI. Nesse mesmo século, são feitas as primeiras tentativas para compreender e esclarecer uma série de fenômenos do capitalismo. Assim, surgiu e desenvolveu-se nos séculos XVI / XVIII a corrente do pensamento econômico e da política conhecida sob o nome de *mercantilismo*.

O mercantilismo apareceu na Inglaterra, surgindo depois na França, Itália e em outros países. Os mercantilistas levantaram a questão da riqueza do país, das formas da riqueza e dos caminhos para seu crescimento.

Neste tempo, o capital, sob a forma de capital comercial e usurário, predominava na esfera do comércio e do crédito. No campo da indústria, porém, dava apenas os seus primeiros passos, fundando as manufaturas. Depois da descoberta e da conquista da América, despejou-se na Europa uma torrente de metais nobres. Em seguida, o ouro e a prata passaram a ser ininterruptamente repartidos entre diferentes Estados europeus, tanto através do comércio exterior, como mediante as guerras.

Em sua concepção da natureza da riqueza, os mercantilistas partiam de fenômenos superficiais da vida econômica. Não fixaram sua atenção na produção, mas no comércio e na circulação monetária, particularmente no movimento do ouro e da prata.

O dinheiro, o ouro e a prata, aparecia aos olhos dos mercantilistas como a única riqueza verdadeira. Os mercantilistas reclamavam do Estado uma ativa participação na vida econômica para que a maior quantidade possível de dinheiro afluísse ao país e inversamente para que fosse a menor possível a quantidade que saísse por suas fronteiras. Os primeiros mercantilistas aspiravam a alcançar estes objetivos através de medidas meramente administrativas de proibição da exportação de dinheiro do país. Os mercantilistas posteriores consideravam necessário, para este fim, ampliar o comércio exterior. O inglês *Thomas Mann* (1571 / 1641), grande comerciante e diretor da Companhia das Índias Ocidentais, considerava que o método normal para aumentar a riqueza e os tesouros é o comércio com o estrangeiro, no qual deve-se sempre adotar uma regra tal que, a cada ano, seja vendido aos estrangeiros nossas próprias mercadorias por uma soma maior do que aquela que pagamos pelas suas.

Os mercantilistas exprimiam os interesses da burguesia que se desenvolvia nas entranhas do feudalismo e aspirava acumular riquezas sob a forma do ouro e da prata, mediante a expansão do comércio exterior, o saque das colônias, as guerras comerciais e a escravização dos povos atrasados.

À medida que o capitalismo se desenvolvia, eles passaram a exigir que o poder estatal oferecesse proteção ao desenvolvimento das empresas industriais, as manufaturas. Foram criados os *prêmios de exportação*, os quais eram pagos aos comerciantes que vendiam produtos no mercado externo. Assumiram em pouco tempo os *direitos de importação*. Com o desenvolvimento das manufaturas e depois das fábricas, a incidência de impostos sobre as mercadorias importadas tornou-se a medida mais difundida de defesa da indústria do país contra a concorrência estrangeira.

Como já assinalamos, esta política denomina-se *proteccionismo*. Em muitos países, ela se manteve até muito depois de haverem sido superadas as concepções mercantilistas.

Na *Inglaterra*, esses direitos protecionistas tiveram grande importância nos séculos XVI e XVII, quando o país estava ameaçado pela concorrência das manufaturas mais desenvolvidas da Holanda. A partir do século XVIII, a Inglaterra conquista firmemente a primazia industrial. Os outros países, menos desenvolvidos do que a Inglaterra, não podiam concorrer com ela. Em relação a isto, começam a abrir caminho, na Inglaterra, as ideias da liberdade de comércio.

Situação diferente criou-se nos países que ingressaram no caminho do capitalismo depois da Inglaterra. Na *França*, por exemplo, o ministro de Luís XIV, *Colbert*, de fato quem governava o país, criou no século XVII um amplo sistema ramificado de proteção do Estado às manufaturas. Seu sistema incluía elevados direitos de importação, a proibição da exportação de matérias-primas, a implantação de uma série de novos ramos, a criação de companhias para o comércio exterior, etc..

O mercantilismo desempenhou um papel progressista para o seu tempo. A política protecionista, inspirada pelas ideias do mercantilismo, favoreceu bastante a expansão da manufatura, entretanto, nos pontos de vista dos mercantilistas sobre a riqueza refletia-se o insuficiente desenvolvimento da produção capitalista de então. O desenvolvimento posterior do capitalismo revelou, com clareza, crescente a inconsistência das concepções do sistema mercantilista.

Na *Rússia* dos séculos XVII e XVIII, imperava o sistema feudal de economia. A economia era fundamentalmente natural. Ao mesmo tempo, o comércio e o artesanato haviam alcançado considerável desenvolvimento. Formara-se o mercado nacional e começavam a surgir as manufaturas. Estas modificações econômicas no país propiciaram o fortalecimento do absolutismo na Rússia.

Refletindo as particularidades históricas e econômicas do país, os representantes do pensamento econômico russo desenvolveram algumas ideias do mercantilismo, todavia, diferentemente de muitos mercantilistas da Europa ocidental, eles atribuíam uma grande significação não só ao comércio, como também ao desenvolvimento da indústria e da agricultura.

As concepções econômicas daquela época encontraram sua expressão nos trabalhos e iniciativas do estadista russo do século XVII, A.L. Ordin-Nachiokin, na política econômica de Pedro I e nos trabalhos do eminente economista russo a princípios do século XVIII, I.T. Possochkov.

No seu “*O Livro da Pobreza e da Riqueza*” (1724), I.T. Possochkov expôs um amplo programa para o desenvolvimento econômico da Rússia, fundamentando-o longamente. Possochkov demonstrou a necessidade da adoção, na Rússia, de uma série de medidas econômicas objetivando oferecer proteção ao desenvolvimento da indústria, do comércio e da agricultura nacionais, assim como o melhoramento do sistema financeiro do país.

## **5.2 A Economia Política Clássica Burguesa**

Foi na Inglaterra onde primeiro se consolidou o modo de produção capitalista. Também aí nasceu a economia política burguesa clássica, cujos representantes aspiravam a descobrir as ligações interiores dos fenômenos econômicos. Já o seu fundador William Petty (1623 / 1687), cuja atividade coincide com o período de decadência do mercantilismo, definiu, no essencial, o valor das mercadorias como a quantidade relativa de trabalho nelas contido, apesar de haver manifestado grande inconseqüência nesta questão.

Um importante papel, na criação da economia política burguesa, foi desempenhado pelos *fisiocratas*. À frente desta tendência, destacava-se *François Quesnay* (1694 / 1774). Os fisiocratas apareceram na França, na segunda metade do século XVIII, quando estava sendo preparada ideologicamente a revolução

burguesa. Da mesma forma que os representantes da filosofia do Iluminismo francês daquela época, também os fisiocratas defendiam a existência de leis naturais da sociedade humana, as leis determinadas pela própria natureza. A França era então um país agrícola. Em oposição aos mercantilistas que somente no dinheiro viam a riqueza, os fisiocratas identificaram a única fonte da riqueza na natureza e, portanto, na agricultura que oferece ao homem os frutos da natureza. Daqui também decorre a denominação da escola “*fisiocratas*”, formada por duas palavras gregas que significam: natureza e poder.

Na teoria dos fisiocratas, o lugar central era ocupado pela doutrina acerca do “*produto líquido*”. Era assim como os fisiocratas denominavam todo o excedente do produto acima dos gastos feitos na produção, ou seja, aquela parte do produto que, no capitalismo, contém a mais-valia. Os fisiocratas concebiam a riqueza como uma determinada massa de produtos em sua forma físico-natural, como uma determinada massa de valores de uso. Sustentavam que o “produto líquido”, como uma “*dádiva da natureza*”, surge à base da aplicação do trabalho assalariado, exclusivamente na agricultura e na pecuária, isto é, naqueles ramos onde se operam processos naturais de crescimento de vegetais e animais, ao passo que, em todos os demais ramos apenas é modificada a forma dos produtos obtidos da economia agropecuária.

Dentre os trabalhos elaborados pela escola fisiocrática, o de maior significação foi o “*Quadro Econômico de Quesnay*”. O mérito de **Quesnay** consistiu em sua magnífica tentativa de representar o processo da reprodução capitalista em seu conjunto, não obstante o fato de que não pôde elaborar uma teoria científica da reprodução.

Partindo da tese de que somente a agricultura cria o “produto líquido”, exigiam os fisiocratas que todos os impostos fossem descarregados sobre os proprietários de terras, enquanto os industriais deveriam ficar livres de encargos fiscais. Nesta reivindicação manifestava-se claramente a natureza de classe dos fisiocratas, como ideólogos da burguesia. Os fisiocratas eram partidários do predomínio da propriedade privada sem limitações. Afirmando que somente a livre concorrência

corresponde às leis naturais da economia e da natureza humana, eles contrapunham a política do protecionismo à política da *liberdade de comércio* (a chamada política de *free-trade*). Lutavam resolutamente contra as limitações corporativas e contra a intervenção do Estado na vida econômica do país.

A economia política clássica burguesa atingiu o ponto culminante do seu desenvolvimento com os trabalhos de Adam Smith e David Ricardo.

*Adam Smith* (1723 / 1790) deu um considerável passo à frente, relativamente aos fisiocratas, na análise científica do modo de produção capitalista. Sua obra fundamental é intitulada "*Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*" (1776). A riqueza do país consiste, na opinião de Smith, em toda a massa de mercadorias nele produzida. Refutou a concepção unilateral e, por isso mesmo, incorreta dos fisiocratas, segundo a qual o "produto líquido" seria criado apenas pelo trabalho na agricultura e, pela primeira vez, afirmou que *qualquer trabalho* é fonte do valor, não importa o ramo da produção em que seja ele invertido. Na condição de economista do período manufatureiro de desenvolvimento do capitalismo, Smith via, na divisão do trabalho, a base para a elevação da sua produtividade.

É característico em Adam Smith o entrelaçamento de dois diferentes modos de considerar os fenômenos econômicos. De um lado, ele investiga as ligações internas dos fenômenos, tentando penetrar, com sua análise, na estrutura interna ou, para usar uma expressão de Marx, na fisiologia do sistema econômico burguês. De outro lado, Smith descreve os fenômenos sob aquele aspecto segundo o qual aparecem na superfície da sociedade capitalista e, portanto, tal como são vistos pelo capitalista-prático. O primeiro destes métodos de interpretação é científico, mas o segundo, não.

Investigando a ligação interna dos fenômenos do capitalismo, Smith definiu e valor da mercadoria como sendo a quantidade de trabalho invertido em sua produção. Ao mesmo tempo, considerava o salário do operário como uma parte do produto do seu trabalho, determinado pelo valor dos meios de subsistência,

enquanto o lucro e a renda ele os via como uma dedução do produto criado pelo trabalho do operário. Todavia, Smith não apresentou este ponto de vista de modo consequente. A determinação do valor das mercadorias, pelo trabalho nelas contido, era seguidamente confundida, por Adam Smith, com a determinação do valor das mercadorias pelo “valor do trabalho”. Afirmava que a determinação do valor pelo trabalho referia-se apenas ao “estádio primitivo da sociedade”, pelo qual ele entendia a economia mercantil simples dos pequenos produtores, Já nas condições do capitalismo, diversamente, o valor se compõe, segundo ele, de diferentes ingressos: o salário, o lucro e a renda. Essa tese refletia a enganosa aparência dos fenômenos da economia capitalista. Smith considerava que também o valor do produto social total compunha-se apenas de receitas, o salário, o lucro e a renda, isto é, omitia erroneamente o valor do capital constante consumido na produção da mercadoria. Este “dogma de Smith” excluía qualquer possibilidade de compreensão do processo da reprodução social.

Foi Smith quem, pela primeira vez, esboçou a estrutura de classe da sociedade capitalista, afirmando que ela se divide em três classes: 1) operários, 2) capitalistas, e, 3) proprietários de terras. Smith, porém, sofria das limitações das concepções burguesas do mundo e refletia em suas opiniões a falta de amadurecimento da luta de classes naquele estágio inicial do desenvolvimento do capitalismo; assim, dizia que, na sociedade capitalista, impera supostamente a comunidade de interesses, uma vez que cada qual aspira a auferir vantagens para si e desse choque de diferentes aspirações resulta o benefício comum. Manifestando-se resolutamente contra as concepções teóricas e a política dos mercantilistas, Smith defendeu calorosamente a *livre concorrência*.

Nos trabalhos de David Ricardo (1772 / 1823) a economia política clássica burguesa alcançou seu ponto culminante. Ricardo viveu no período da revolução industrial na Inglaterra. Sua principal obra, “*Princípios de Economia Política e Tributação*”, apareceu em 1817.

Ricardo elaborou a teoria do valor pelo trabalho, da maneira mais consequente possível, dentro dos limites das concepções da burguesa. Refutando a tese

de Smith, segundo a qual o valor só é determinado pelo trabalho no “estádio primitivo da sociedade”, ele mostrou que o valor criado pelo trabalho do operário é a fonte da qual emanam tanto o salário, como o lucro e a renda.

Partindo daí, isto é, de que o valor é determinado pelo trabalho, Ricardo mostrou a oposição dos interesses de classe da sociedade burguesa, tal como se manifesta na esfera da distribuição. Ricardo considerava a existência das classes como um fenômeno eterno na vida da sociedade.

Segundo as palavras de Marx, Ricardo toma conscientemente, como ponto de partida para suas investigações, o antagonismo dos interesses de classe, do salário e do lucro, do lucro e da renda da terra, considerando ingenuamente este antagonismo como uma lei natural da vida social.

Ricardo formulou uma importante lei econômica: “quanto mais elevado o salário do operário, tanto mais baixo o lucro do capitalista e vice-versa”. Ricardo também mostrou o antagonismo entre o lucro e a renda, todavia, equivocou-se ao reconhecer a existência apenas da renda diferencial, cuja existência ele relacionava a uma imaginária “lei da fertilidade decrescente do solo”.

Ricardo desempenhou grande papel no desenvolvimento da ciência econômica. Sua doutrina, segundo a qual o valor se determina somente pelo trabalho, teve extraordinária importância histórica. Observando a acentuação das contradições capitalistas, alguns dos seus sucessores começaram a tirar a conclusão de que se só o trabalho cria o valor, então é necessário e justo que o operário, criador de todas as riquezas, seja também o dono de todas as riquezas, de todos os produtos do trabalho. Reivindicações desse tipo foram levantadas na Inglaterra, na primeira metade do século XIX, pelos primeiros socialistas, discípulos de Ricardo.

Ao mesmo tempo, a doutrina de Ricardo encerrava os traços das limitações burguesas. Da mesma forma que Smith, Ricardo considerava, como natural e eterno, o regime capitalista com o seu antagonismo de interesses de classe. Ricardo não colocou a questão da origem histórica de categorias econômicas como

mercadoria, dinheiro, capital, lucro, etc.. Tinha dessas categorias um conceito não histórico, identificando, por exemplo, o capital com os meios de produção.

### **5.3 O Aparecimento da Economia Política Vulgar**

Com o desenvolvimento do capitalismo e o agravamento da luta de classes, a economia política clássica burguesa cede lugar à economia política vulgar. Marx chamou-a de vulgar, porque os seus representantes substituíram o conhecimento científico dos fenômenos econômicos pela descrição de suas manifestações exteriores, colocando como seu objetivo o embelezamento do capitalismo e a dissimulação de suas contradições. Os economistas vulgares puseram de lado tudo o que era científico e encamparam tudo o que de anticientífico existia nas opiniões dos economistas predecessores (particularmente Adam Smith), enfim, tudo aquilo que estava condicionado pelas limitações de classe de suas concepções.

Doravante já não se tratava de saber se tal ou qual teorema era verdadeiro ou falso, mas sim se era proveitoso ou nocivo, cômodo ou incômodo ao capital, se se harmonizava ou não com as concepções policiais. A investigação desinteressada cede lugar aos floreios de foliculários pagos. A investigação científica imparcial é substituída pela apologética preconcebida e servil.

No domínio da teoria do valor, a economia vulgar, em oposição à determinação do valor pelo tempo de trabalho, pôs em circulação uma série de teses que haviam sido refutadas ainda pelos economistas da escola clássica burguesa. Entre tais teses figuram a teoria da oferta e da procura, a qual ignora o valor que constitui a base dos preços e substitui a explicação da base dos preços das mercadorias pela descrição das oscilações desses preços; a teoria do custo de produção que explica o preço de umas mercadorias através dos preços de outras mercadorias, isto é, encerra-se de fato num círculo vicioso; a teoria da utilidade que, tentando explicar o valor das mercadorias pelo seu valor de uso, ignora o fato de que os valores de uso de mercadorias de tipos diversos são qualitativamente diferentes e, por isso, quantitativamente não comparáveis.

O economista vulgar inglês T.R. Malthus (1766 / 1834) se apresentou com a elucubração, segundo a qual a miséria das amplas massas trabalhadoras, inerente ao capitalismo, seria condicionada pela circunstância de que os homens se multiplicam mais rapidamente do que a quantidade de meios de subsistência proporcionados pela natureza. Segundo Malthus, a correspondência necessária entre a população e a quantidade de meios de subsistência, oferecidos pela natureza, é estabelecida pela fome, a miséria, as epidemias e as guerras. Esta “teoria” de ódio à humanidade, formulada por Malthus, tinha como objetivo justificar uma ordem social onde o parasitismo e o luxo das classes exploradoras coexistem com o trabalho extenuante e as crescentes privações das amplas massas trabalhadoras.

O economista vulgar francês *J.B. Say* (1767 / 1832) proclamou como fonte do valor “os três fatores da produção”, isto é, o trabalho, o capital e a terra, tirando daqui a conclusão de que os donos de cada um desse três fatores da produção recebem os ingressos que lhes “correspondem”: o operário, o salário; o capitalista, o lucro (ou o juro) e o proprietário de terra, a renda. A teoria dos “três fatores” que alcançou ampla difusão na economia política burguesa, tem como função ocultar a circunstância decisiva de que somente, em determinadas condições sociais, o trabalho transforma-se em trabalho assalariado, os meios de produção tornam-se capital e a propriedade da terra se transforma em fonte de renda.

Como se sabe, tanto o capital como a terra somente proporciona ingressos aos seus possuidores, devido ao fato de que o operário, com o seu trabalho não pago, cria a mais-valia, a verdadeira fonte de todos os ingressos não originários do trabalho na sociedade capitalista. Afirmando que no capitalismo não existiria contradição entre a produção e o consumo, negava Say a possibilidade das crises gerais de superprodução. A teoria de Say constituía uma grosseira falsificação da realidade em proveito das classes exploradoras. As ideias apologéticas da harmonia dos interesses de classe no capitalismo foram persistentemente difundidas pelo economista francês *C.F. Bastiat* (1801 / 1850) e pelo americano *E.C. Carey* (1793 / 1879).

A pretexto da defesa da “liberdade do trabalho” burguesa, a economia política vulgar travou encarniçada luta contra os sindicatos, os contratos coletivos e as greves operárias. A partir do segundo quartel do século XIX, a economia política vulgar assume a posição predominante na ciência econômica burguesa.

#### **5.4 A Economia Política Pequeno-Burguesa**

Em princípios do século XIX, surge uma corrente pequeno-burguesa na economia política, reflexo da posição contraditória da pequena burguesia como classe intermediária da sociedade capitalista. A economia política pequeno-burguesa tem seu ponto de partida no economista suíço *S. Sismondi* (1773 / 1842). Diferentemente de Smith e Ricardo que consideravam o regime capitalista como um estado natural da sociedade, Sismondi formulou uma crítica ao capitalismo, condenando-o do ponto de vista da pequena burguesia. Sismondi idealizava a pequena produção mercantil dos camponeses e artesãos. Não via a inevitabilidade do desenvolvimento das relações capitalistas, implícita na pequena produção mercantil e apresentou utópicos projetos de eternização da pequena propriedade. Partindo do fato de que os ingressos dos operários e dos pequenos produtores se reduz, tirou Sismondi a errônea conclusão do inevitável estreitamento do mercado na medida em que se desenvolvesse o capitalismo. Afirmava erradamente que a acumulação do capital somente é possível se existirem pequenos produtores e um mercado externo.

Na França, as concepções da economia política pequeno-burguesa foram desenvolvidas por P.J. Proudhon (1809 / 1865). Preconizava a ideia reacionária de que era possível curar todos os males sociais do capitalismo, mediante a criação de um banco que realizasse, sem a presença de dinheiro, a troca de produtos entre os pequenos produtores e oferecesse crédito gratuito aos operários. Proudhon inoculou ilusões reformistas entre as massas trabalhadoras, desviando-as da luta de classes.

Na Rússia, em fins do século XIX, as ideias utópico-reacionárias da economia política pequeno-burguesa foram defendidas pelos populistas liberais.

## 5.5 Os Socialistas Utópicos

Com o aparecimento e o desenvolvimento da grande indústria mecanizada, em fins do século XVIII e princípios do século XIX, começaram a mostrar-se com clareza, cada vez maior, as contradições do capitalismo e as calamidades que ele acarreta às massas trabalhadoras. Todavia, a classe operária ainda não havia tomado consciência da sua missão histórica de coveiro do capitalismo. Foi nesse período que surgiram os eminentes socialistas utópicos: *Henri Saint-Simon* (1760 / 1825) e *Charles Fourier* (1772 / 1837) na França, e *Robert Owen* (1771 / 1858) na Inglaterra, os quais desempenharam destacado papel na história do desenvolvimento das ideias socialistas.

Para oferecer uma explicação dos fenômenos econômicos, os socialistas utópicos situaram-se nas posições da filosofia do Iluminismo do século XVIII, as mesmas em que se colocaram os representantes da economia política clássica burguesa, mas, ao mesmo tempo em que estes últimos consideravam o regime capitalista como o regime que corresponde à natureza humana, os socialistas utópicos consideravam-no como um regime que se contrapõe a natureza humana.

A importância histórica dos socialistas utópicos consistia em que eles submeteram a uma crítica decidida a sociedade burguesa, fustigando impiedosamente chagas dessa sociedade, como a miséria e as privações das massas populares condenadas a um trabalho extenuante e brutalmente pesado, a venalidade e a decomposição da cúpula possuidora da sociedade, o enorme desperdício das forças produtivas como resultado da concorrência, das crises, etc..

Os socialistas utópicos fizeram uma série de magníficas previsões relativamente ao caráter do regime socialista que eles contrapunham ao capitalismo, entretanto, os socialistas utópicos estavam longe da compreensão dos verdadeiros caminhos para a realização do socialismo. Desconhecendo as leis do desenvolvimento social, as leis da luta de classes, consideravam eles que as próprias classes possuidoras realizariam o socialismo, quando fosse possível convencê-las do caráter justo e

racional deste novo regime. Aos socialistas utópicos era completamente alheia a compreensão do papel histórico do proletariado.

O socialismo utópico não sabia explicar a essência da escravidão assalariada sob o capitalismo, nem descobrir as leis do seu desenvolvimento, nem encontrar aquela *força social* capaz de converter-se no criador da nova sociedade.

## 5.6 Os Democratas Revolucionários na Rússia

No Último terço do século XVIII, manifestou-se na Rússia a tendência à decomposição das relações de servidão, tendência vivamente acentuada no primeiro quartel do século XIX e que evoluiria mais tarde para a crise aberta do regime de servidão. As ideias da luta contra a servidão, em todas as suas manifestações, impregnam as obras dos economistas progressistas russos daquela época.

*A.N. Radischev* (1749 / 1802), pioneiro da corrente democrática revolucionária no pensamento Social da Rússia, foi em sua época um eminente economista. Insurgindo-se resolutamente contra a servidão, em defesa do campesinato subjogado, Radischev fez uma crítica esmagadora do sistema da servidão, desmascarou o caráter explorador da riqueza dos latifundiários feudais, dos proprietários de manufaturas, dos comerciantes e fundamentou o direito de propriedade da terra para todos aqueles que a trabalham. Radischev estava profundamente convencido de que a autocracia e a servidão só podiam ser liquidadas por meios revolucionários. Elaborou um sistema de medidas econômicas, progressistas para o seu tempo, cuja realização asseguraria a passagem da Rússia para o regime democrático-burguês.

Os *decembristas*, que surgiram na primeira metade do século XIX, eram revolucionários do período da história da Rússia em que havia amadurecido a necessidade da substituição do feudalismo pelo capitalismo. Voltavam o gume de sua crítica contra a servidão. Manifestando-se como lutadores pelo desenvolvimento

das forças produtivas da Rússia, consideravam como a condição mais importante para esse desenvolvimento a abolição do regime da servidão e a libertação dos camponeses. Os decembristas não apenas lançaram a palavra de ordem de luta contra a servidão e a autocracia, como também organizaram uma insurreição armada contra a monarquia absoluta. *P.I. Pestiel* (1793 / 1826) elaborou um original projeto de solução para a questão agrária na Rússia. Nesta espécie de projeto de constituição elaborado por Pestiel, e por ele denominado de “*A Verdade Russa*”, estava prevista a completa e imediata libertação dos camponeses da dependência feudal, assim como medidas econômicas destinadas a defender os interesses dos camponeses, também no futuro. Para isto, Pestiel considerava necessária a criação de determinado fundo social de terras, do qual cada camponês poderia receber gratuitamente, para seu próprio uso, a terra de que carecesse para sua subsistência. Este fundo deveria ser constituído com parte da terra dos latifundiários e do Estado, sendo que os maiores latifundiários teriam parte da sua terra expropriada sem indenização. Os decembristas, como revolucionários que haviam saído do seio da nobreza, viviam longe do povo, mas suas ideias de luta contra a servidão contribuíram para o crescimento do movimento revolucionário na Rússia.

Em meados do século XIX, apareceu na Rússia, que vivia na época a crise da servidão, uma plêiade de grandes pensadores que deram valiosa contribuição para o desenvolvimento da ciência econômica.

*A.I. Herzen* (1812 / 1870) fustigou o czarismo e a servidão na Rússia, conclamando o povo para a luta revolucionária contra eles. Também criticou o regime da exploração capitalista que imperava no Ocidente. Herzen foi o fundador do utópico “socialismo camponês”. Para ele, o “socialismo” consistia na libertação dos camponeses com suas terras, na agricultura comunitária e na ideia camponesa do “direito à terra”. Nestas concepções de Herzen, não havia nada de verdadeiramente socialista, mas elas refletiam a aspiração revolucionária do campesinato da Rússia que lutava pela derrubada do poder dos latifundiários e pela liquidação da agricultura latifundiária.

No desenvolvimento da ciência econômica, cabem notáveis méritos ao eminente sábio e revolucionário russo N. G. Tchernichevski (1828 - 1889). Tchernichevski encabeçou a luta dos democratas revolucionários contra a servidão e a autocracia czarista na Rússia. Fez uma crítica brilhante, não apenas do regime autocrático, como também do regime capitalista, que por aquela época já se havia consolidado na Europa ocidental e nos Estados Unidos. Tchernichevski revelou, com profundidade, o caráter de classe e as limitações da economia política clássica burguesa e submeteu a uma crítica demolidora os economistas vulgares. Na opinião de Marx, Tchernichevski revelou, de maneira magistral, a bancarrota da economia política burguesa.

À economia política burguesa, que serve aos interesses egoístas dos capitalistas, Tchernichevski contrapôs “a economia política dos trabalhadores”, na qual o trabalho e os interesses dos trabalhadores ocupavam o lugar central. Sendo um representante do “socialismo camponês” utópico, Tchernichevski, em face da imaturidade das relações capitalistas na Rússia de sua época, não via que o desenvolvimento do capitalismo e do proletariado criaria as condições materiais e a força social para a realização do socialismo, entretanto, Tchernichevski, na compreensão da natureza da sociedade capitalista e de sua estrutura de classe, do caráter do seu desenvolvimento econômico, situou-se numa posição muito avançada em relação aos socialistas utópicos da Europa ocidental e deu um grande passo no sentido do socialismo científico. Diferentemente dos socialistas utópicos do Ocidente, Tchernichevski atribuía uma importância decisiva à atividade revolucionária das massas trabalhadoras, à sua luta pela própria emancipação e conclamou a revolução popular contra os exploradores. Tchernichevski foi um democrata revolucionário consequente e combativo. Lênin considerou que de suas obras transpira o espírito da luta de classes.

A doutrina econômica de Tchernichevski representa o ponto culminante do desenvolvimento de toda a economia política anterior a Marx.

Os democratas revolucionários, Herten, Tchernichevski e seus partidários foram os predecessores da socialdemocracia russa.

## 5.7 A Reviravolta Revolucionária na Economia Política Realizada por K. Marx e F. Engels

Em meados do século XIX, o sistema capitalista de economia já se tornara dominante nos principais países da Europa ocidental e nos Estados Unidos da América. Formou-se o proletariado que começou a levantar-se para a luta contra a burguesia. Surgiram as condições para a criação de uma concepção do mundo proletária, de vanguarda, o *socialismo científico*.

*Karl Marx* (1818 / 1883) e *Friedrich Engels* (1820 / 1895) transformaram o socialismo de utopia em ciência. A concepção elaborada por Marx e Engels exprime os interesses radicais da classe operária e é a bandeira de luta das massas proletárias pela derrocada revolucionária do capitalismo e pela vitória do socialismo.

A concepção de Marx surgiu como a *continuação* direta e imediata da doutrina dos maiores representantes da filosofia, da economia política e do socialismo. A genialidade de Marx, como assinalou Lênin, consiste precisamente em que deu resposta às questões que o pensamento de vanguarda da humanidade já havia posto. Sua doutrina é o legítimo herdeiro do que de melhor havia sido criado pelo pensamento humano no domínio da ciência da sociedade humana. Ao mesmo tempo, o aparecimento do marxismo constituiu uma *radical reviravolta revolucionária* na filosofia, na economia política e em todas as ciências sociais.

Marx e Engels armaram a classe operária com uma concepção de mundo completa e harmônica, o *materialismo dialético*, que constitui o fundamento teórico do comunismo científico. Estendendo o materialismo dialético ao âmbito dos fenômenos sociais, eles criaram o *materialismo histórico* que representa uma grandiosa conquista do pensamento científico. À moda de focar a sociedade humana de um ponto de vista não histórico, opuseram eles uma concepção histórica baseada no estudo profundo do curso real do desenvolvimento. As concepções anteriormente imperantes, acerca da invariabilidade e da imobilidade da sociedade, foram por eles substituídas por uma doutrina harmônica que revela as leis objetivas

do desenvolvimento social, as leis da substituição de umas formas da sociedade por outras.

Marx e Engels foram os fundadores da economia política autenticamente científica. Aplicando o método do materialismo dialético à investigação das relações econômicas, Marx realizou uma reviravolta revolucionária da máxima profundidade na economia política. Abordando a economia política como ideólogo da classe operária, Marx revelou as contradições do capitalismo e criou a *economia política proletária*. Marx criou sua doutrina econômica na luta irreconciliável contra a apologética burguesa do capitalismo e contra a crítica pequeno burguesa desse regime. Aproveitando e desenvolvendo uma série de teses dos clássicos da economia política burguesa, Smith e Ricardo, Marx superou resolutamente as opiniões anticientíficas e as contradições contidas nas suas doutrinas.

Em sua concepção econômica, Marx fez o balanço e a generalização de uma massa gigantesca de materiais sobre a história da sociedade humana e particularmente sobre a história do nascimento e do desenvolvimento do capitalismo. Foi Marx quem descobriu o caráter histórico e transitório do modo de produção capitalista e foi ele quem investigou as leis do aparecimento, desenvolvimento e morte do capitalismo. À base de uma profunda análise econômica do regime capitalista, Marx fundamentou a missão histórica do proletariado como coveiro do capitalismo e criador de uma nova sociedade, a sociedade socialista.

Os fundamentos da concepção marxista do mundo foram apresentados já no primeiro documento programático do comunismo científico, no *Manifesto do Partido Comunista*, escrito por Marx e Engels em 1848. Marx publicou os resultados das suas investigações econômicas posteriormente, em sua obra *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859), dedicada à análise da mercadoria, do dinheiro e cujo prefácio contém uma exposição clássica dos fundamentos do materialismo histórico.

O principal trabalho de Marx, que ele com toda razão denominou de causa da sua vida, é “*O Capital*”. O primeiro tomo de “*O Capital*” (*O Processo da Produção do Capital*) foi lançado por Marx em 1867. O segundo tomo (*O Processo de Circulação*

do *Capital*) foi editado por Engels, já depois da morte de Marx, em 1885. O terceiro tomo (*O Processo da Produção Capitalista Considerado em seu Conjunto*), em 1894. Trabalhando em “*O Capital*”, tencionava Marx escrever o quarto tomo, tendo como objeto uma análise crítica da história da economia política. Os manuscritos por ele preparados foram editados já depois da morte de Marx e Engels, sob o título de “*Teoria da Mais-Valia*” (em três tomos).

Também várias obras clássicas de Engels são dedicadas à elaboração da teoria do comunismo científico. Entre elas figuram: “*A Situação da Classe Operária na Inglaterra*” (1845), “*Anti-Dühring*” (1878), onde são analisadas importantíssimas questões no domínio da filosofia, das ciências naturais, da economia política e do socialismo, “*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*” (1884) e outras.

Ao criar a economia política proletária, Marx fundamentou, antes de tudo, de maneira multilateral e desenvolveu de modo consequente, a *teoria do valor pelo trabalho*. Investigando a mercadoria, a contradição entre o seu valor de uso e o seu valor, descobriu Marx que o trabalho contido na mercadoria tem um duplo caráter. De um lado, é trabalho concreto, que cria o valor de uso da mercadoria e, de outro, é trabalho abstrato, que cria o valor da mercadoria. A descoberta do duplo caráter do trabalho constituiu para Marx a chave para a explicação científica de todos os fenômenos do modo de produção capitalista, a base da teoria do valor pelo trabalho. Tendo mostrado que o valor não é uma coisa, mas uma relação de produção entre pessoas, oculta por um envoltório material, Marx descobriu o segredo do fetichismo da mercadoria. Analisou a forma do valor, investigou seu desenvolvimento histórico, desde os primeiros embriões da troca até o pleno predomínio da produção mercantil, o que lhe permitiu descobrir a verdadeira natureza do dinheiro.

A teoria do valor pelo trabalho constituiu para Marx a base para sua doutrina sobre a *mais-valia*. Foi Marx, o primeiro a demonstrar que, no capitalismo, a mercadoria não é o trabalho, mas sim a força de trabalho. Investigou o valor e o valor de uso desta mercadoria específica e descobriu o caráter da exploração capitalista. A teoria marxista da mais-valia revela a essência da relação de produção

fundamental do capitalismo, a relação entre o capitalista e o operário, e descobre as raízes mais profundas do antagonismo de classe e da luta de classe entre o proletariado e a burguesia. Marx não apenas descobriu a origem e a fonte da mais-valia, mas também explicou como a exploração capitalista se mascara e dissimula. Investigou a essência do *salário*, como preço da força de trabalho que se apresenta sob a forma metamorfoseada do preço do trabalho.

Marx fez uma profunda análise científica das diferentes formas assumidas pela mais-valia. Mostrou como a mais-valia aparece sob uma forma transformada, sob a forma de *lucro* e como, além disso, ela assume a forma de *renda da terra* e de *juro*. Cria-se assim a falsa aparência de que o salário é o preço do trabalho, de que o lucro é gerado pelo próprio capital e de que a renda brota do solo e o juro do dinheiro.

Na doutrina sobre o preço de produção e o lucro médio, Marx resolveu a contradição consistente em que, no capitalismo, os preços de mercado desviam-se do valor. Ao mesmo tempo, revelou a base objetiva para a solidariedade da classe capitalista com relação à exploração dos operários, uma vez que o lucro médio auferido por cada capitalista é determinado pelo grau de exploração, não numa empresa tomada isoladamente, mas em toda a sociedade capitalista.

Marx elaborou a teoria da renda diferencial e, pela primeira vez, fez uma fundamentação científica da teoria da renda absoluta. Pôs a nu o papel parasitário e reacionário da grande propriedade da terra, a essência e as formas da exploração dos camponeses pelos latifundiários e a burguesia.

Foi também Marx quem descobriu a lei da *acumulação do capital*, estabelecendo que o desenvolvimento do capitalismo, a concentração e a centralização do capital têm como consequência inevitável o aprofundamento e o agravamento das contradições inerentes a esse sistema, à base das quais está a contradição entre o caráter social da produção e a forma capitalista privada da apropriação. Marx descobriu a *lei geral da acumulação capitalista* que condiciona o aumento da riqueza e do luxo, num dos polos da sociedade, e o aumento da miséria,

da opressão e dos tormentos, no outro polo. Mostrou que o desenvolvimento do capitalismo traz consigo o empobrecimento absoluto e relativo do proletariado, o que acarreta o aprofundamento do abismo entre o proletariado e a burguesia e o agravamento da luta de classe entre eles.

Tem a maior importância a análise da *reprodução* do capital social total feita por Marx. Depois de corrigir o erro de Adam Smith que consistia em ignorar o capital constante consumido na produção da mercadoria e de haver estabelecido a divisão do produto social, segundo o valor, em três partes ( $c + v + m$ ) e, segundo a forma natural, em meios de produção e objetos de consumo, Marx descobriu a lei econômica geral, de acordo com a qual o desenvolvimento das forças produtivas em qualquer regime social processa-se através de um crescimento mais rápido da produção dos meios de produção, em comparação com a produção de objetos de consumo. Marx analisou as condições da reprodução capitalista simples e ampliada, as profundas contradições da realização capitalista que conduzem inevitavelmente às crises de superprodução. Investigou a natureza das *crises econômicas* e demonstrou cientificamente sua inevitabilidade sob o capitalismo.

A doutrina econômica de Marx e Engels é uma demonstração profunda e multilateral da inevitabilidade do desaparecimento do capitalismo e da vitória de *revolução proletária* que implanta a *ditadura do proletariado* e abre uma nova era, a era da construção da sociedade socialista.

Já nas décadas de 70 e 80 do século XIX, o marxismo começou a difundir-se cada vez mais entre a classe operária e a intelectualidade de vanguarda dos países capitalistas. Naqueles anos, desempenharam grande papel na divulgação das ideias do marxismo: *Paul Lafargue* (1842 / 1911) na França; *Wilhelm Liebknecht* (1826 / 1900) e *August Bebel* (1840 / 1913) na Alemanha; *G.V. Plekhanov* (1856 / 1918) na Rússia; *Dmitri Blagoev* (1856 / 1924) na Bulgária e outras destacadas figuras do movimento operário em diferentes países.

Na Rússia, o partido operário marxista e sua concepção do mundo formaram-se na luta irreconciliável com um adversário ideológico do marxismo como o populismo.

Os populistas negavam o papel de vanguarda do proletariado no movimento revolucionário: afirmavam que na Rússia, supostamente, era impossível o desenvolvimento do capitalismo. Contra os populistas, colocaram-se o eminente teórico marxista Plekhanov e o grupo “Emancipação do Trabalho”, por ele organizado. Plekhanov foi o primeiro a fazer uma crítica marxista dos errôneos pontos de vista dos populistas e, ao mesmo tempo, realizou uma brilhante defesa das concepções marxistas. A atuação de Plekhanov nas décadas de 80 e 90 teve grande importância para a preparação ideológica dos revolucionários proletários na Rússia. Plekhanov elaborou uma série de notáveis trabalhos sobre a filosofia marxista. Popularizou, com êxito, diferentes aspectos da doutrina econômica de Marx, defendendo-a em face da crítica burguesa e das deformações reformistas. Os trabalhos literários de Plekhanov socavaram pela base as posições dos populistas, entretanto, não estava concluída a destruição ideológica do populismo. A tarefa da completa derrota do populismo como inimigo ideológico do marxismo, a tarefa de fundir o marxismo com o movimento operário, na Rússia, foi cumprida por Lênin.

### **5.8 A Ulterior Decomposição da Economia Política Burguesa**

Desde o momento em que o marxismo fez o seu aparecimento na arena histórica, a tarefa fundamental e decisiva dos economistas burgueses passou a ser a “refutação” do marxismo. Ao mesmo tempo, como base metodológica das diferentes escolas e tendências da economia política burguesa, são usadas todas as variedades possíveis da filosofia idealista e da sociologia subjetiva.

Em meados do século XIX, surgiu na Alemanha a chamada *escola histórica* da economia política (*W. Roscher, B. Hildebrand* e outros). Os representantes desta escola negavam abertamente a existência de leis econômicas do desenvolvimento da sociedade e substituíram a investigação científica pela simples descrição de fatos históricos dispersos. Para estes economistas, a negação das leis econômicas servia de justificação para todos os desmandos reacionários e para a prosternação diante do Estado burocrático-militar que eles glorificavam por todos os meios. Os adeptos

posteriores da escola histórica, encabeçados por G. Schmeller, formaram a chamada corrente ético-histórica ou jurídico-histórica. O traço característico dessa corrente é a substituição da pesquisa econômica por especulações de natureza reacionária e idealista acerca dos objetivos morais, das normas jurídicas e também um profundo empirismo, a renúncia às generalizações teóricas, a redução do labor científico à descrição de fenômenos históricos isolados.

“Não há necessidade, dizia Schmeller, de colocar amplos problemas históricos, mas sim de estudar o singular com a ajuda do método rigorosamente histórico”.

Alguns economistas da escola histórica (Hildebrand), juntamente com outros economistas burgueses (*Adolf Wagner, L. Brentano, W. Sombart*) constituíram, em 1872, a chamada União de Política Social, a fim de “propagar das cátedras” as reformas sociais, com o objetivo de impedir a morte do regime capitalista.

Continuando a tradição dos seus predecessores, os representantes desta corrente, ironicamente chamada de “socialismo de cátedra”, atuaram como serviçais do Estado militarista alemão. Alguns deles afirmavam que cada medida adotada por aquele Estado era uma “partícula de socialismo”. Os socialistas de cátedra glorificaram a política reacionária de Bismarck e o ajudaram em suas tentativas de mistificar a classe operária.

No último decênio do século XIX, à medida que se iam difundindo as ideias do marxismo, a burguesia tinha necessidade de novos meios ideológicos para a luta contra ele. Surgiu então em cena a chamada *escola austríaca*. A denominação desta escola está ligada ao fato de que os seus principais representantes, *E. Böhm-Bawerk* e outros, eram professores de universidades austríacas. Diferentemente da corrente histórica, os representantes da escola austríaca reconheciam formalmente a necessidade da investigação das leis econômicas, mas, visando a dissimular as contradições do capitalismo, transferiram a pesquisa destas leis da esfera das relações sociais para o domínio psicológico subjetivo, isto é, trilharam o caminho do idealismo.

No que se refere à teoria do valor, a escola austríaca elaborou o chamado princípio da “utilidade limite” (utilidade marginal). De acordo com esse princípio, o valor de uma mercadoria é determinado não apenas por sua utilidade, como antes também afirmavam alguns economistas vulgares, mas pela utilidade limite da mercadoria, isto é, pela valorização subjetiva da utilidade de uma unidade da mercadoria que satisfaz as necessidades menos essenciais do indivíduo, para uma determinada grandeza das reservas das mercadorias. De fato, esta teoria não explica nada. É completamente evidente, por exemplo, que a valorização subjetiva de um quilograma de pão difere radicalmente segundo seja ela feita por um burguês farto ou por um desempregado faminto, entretanto, ambos pagam pelo pão o mesmo preço. Este preço tem como base o valor da mercadoria que independe das valorizações subjetivas. A teoria da “utilidade limite” (utilidade marginal) coloca a magnitude do valor na dependência da raridade relativa das mercadorias. Na realidade, porém, a raridade relativa das mercadorias depende do alto valor destas mercadorias que é determinado pelos gastos de trabalho socialmente necessário. O valor das mercadorias influi através dos preços de mercado nas proporções da procura solvente, enquanto a oferta das mercadorias ajusta-se às proporções da procura. À teoria marxista da mais-valia, os economistas da escola austríaca opunham estas ou aquelas variedades da teoria do “capital produtivo” que não é senão uma nova modalidade da teoria vulgar dos “três fatores da produção” ou de uma forma algo modificada da teoria da “abstenção”, segundo a qual o lucro seria supostamente uma legítima recompensa ao capitalismo pela “abstenção” do consumo.

Idêntica posição de caráter psicológico subjetivo para explicar fenômenos como o valor e o preço, em combinação com a teoria dos “três fatores de produção” na maneira de focar o salário, o lucro e a renda, é característica de uma série de economistas ingleses e americanos de fins do século XIX e princípios do século XX.

O economista inglês *Alfred Marshall* (1842 / 1924) tentou conciliar ecleticamente três diferentes teorias vulgares do valor: a da “oferta e procura”, a da “utilidade limite” e a do “custo de produção”. O economista americano *John Bates Clark* (1847 / 1938), que preconizava a ideia da “harmonia de interesses” das diferentes classes

da sociedade burguesa, elaborou a teoria da “produtividade limite”, que na realidade representa apenas uma original tentativa de juntar a velha teoria vulgar da “produtividade do capital” com a teoria vulgar da “utilidade limite” da escola austríaca. Clark separa por completo o lucro empresarial do juro, não obstante o fato de que eles são na realidade partes integrantes do lucro médio. Consoante sua teoria, o juro é determinado pela produtividade marginal do capital, isto é, pela produtividade das últimas inversões de capital. Já o lucro empresarial, segundo ele, seria um “prêmio” pelo progresso técnico, recebido pelos empresários pioneiros na introdução de novos métodos de produção que reduzem o custo de produção em confronto com o custo médio.

É sabido, porém, que todos os capitalistas industriais auferem um lucro empresarial e aqueles, dentre eles, que empregam pela primeira vez tais ou quais aperfeiçoamentos técnicos, apropriam-se ainda de um superlucro ou de uma mais-valia extraordinária.

### **5.9 A Economia Política Burguesa da Época do Imperialismo**

Com a Consolidação do domínio dos monopólios, os economistas burgueses, tal como antes, concentram seus esforços, no âmbito da teoria geral, nas tentativas de refutação da teoria do valor pelo trabalho e na justificação dos ingressos não provenientes do trabalho, como se estes fossem uma parte natural e legítima do valor do produto, criados pelos diferentes fatores de produção. No período do imperialismo, porém, a estas velhas tarefas da economia vulgar vieram juntar-se outras para a justificação do domínio rapace dos monopólios na economia e na política, tanto interna como externa. Uma das funções mais importantes da apologética burguesa passou a ser a calúnia sistemática contra o socialismo, apresentada sob um envoltório pseudocientífico.

Esforçando-se por dissimular, por todos os meios, o papel dominante dos monopólios, muitos economistas burgueses apresentam a chamada teoria dos “oligopólios”. Por monopólio, compreendem eles uma prática ocasional e

extremamente rara encontrada no capitalismo, na qual apenas uma firma controla toda a produção num determinado ramo. Quanto aos casos habituais, em que umas poucas firmas controlam a esmagadora maioria da produção de um determinado ramo, são por eles qualificados como oligopólios. Segundo as afirmações dos autores burgueses, ao oligopólio seriam estranhos tanto o preço de monopólio, como o lucro de monopólio. As tentativas de opor o oligopólio ao monopólio são de todo inconsistentes e constituem uma das formas da apologética do capital monopolista. Num caso, como no outro, ocorre uma restrição da livre concorrência, num caso, como no outro, verificam-se o preço de monopólio e o lucro de monopólio, sendo do mesmo gênero a natureza qualitativa dessas categorias.

A economia política vulgar, do período do imperialismo, aproxima-se de muito bom grado da demagogia social. O fato de que, com a difusão das formas de sociedades anônimas pequenas, ações venham parar em mãos de camadas isoladas de uma minoria de trabalhadores mais remediados, é apresentado como a “democratização do capital”, apesar de que estes pequenos acionistas não têm a possibilidade de exercer qualquer influência na direção da empresa e de que é insignificante o peso específico das pequenas ações em face da massa total do capital em ações.

Partindo de que a massa fundamental dos acionistas satisfaz-se com o recebimento dos dividendos das ações e não tem qualquer vínculo com a produção, os economistas vulgares difundem a chamada teoria do “regime dos gerentes”. De acordo com essa teoria, os capitalistas só conservam sua importância nas pequenas e médias empresas. Já nas grandes empresas, organizadas sob a forma de sociedades por ações, a direção é exercida não pelo dono do capital, mas pelo empregado-diretor que recebe um salário e não persegue o objetivo da obtenção dos mais altos lucros e sim o de assegurar as melhores condições de produção. Na realidade, os donos das sociedades anônimas são os maiores acionistas, comumente ligados à oligarquia financeira. Eles mesmos exercem a função de diretores ou designam para isto prepostos seus que, ao mesmo tempo, são também acionistas. Os representantes do capital monopolista que detêm o lote de controle

das ações não se satisfazem com os dividendos e se apropriam, sob diferentes pretextos, da parte do leão dos lucros das empresas.

Apelando para todas as falsificações possíveis dos dados estatísticos, os economistas vulgares tentam demonstrar que na sociedade burguesa não se operaria o aprofundamento do abismo entre os polos da riqueza e da miséria e sim o “nivelamento das rendas” e sua “justa distribuição”. O capitalismo monopolista, no qual a polarização das classes se apresenta de maneira particularmente acentuada, é por eles proclamado como sendo supostamente o regime que oferece “possibilidades iguais” para todos os membros da sociedade. O sistema da chamada “participação nos lucros”, aplicado em algumas empresas com o objetivo de aumentar ainda mais a exploração e o isolamento dos operários, serve aos apologistas burgueses como base para a afirmação de que os operários se estariam tornando supostamente “coproprietários das empresas”.

Os economistas vulgares não apenas pregam a harmonia dos interesses de classe e a paz de classes, mas também afirmam que na sociedade burguesa atual se estariam dissipando as diferenças entre as classes. Alguns desses economistas esforçam-se por todos os meios para apagar a divisão da sociedade capitalista em duas classes antagônicas fundamentais, a burguesia e o proletariado, e substituem esta divisão da sociedade pela divisão do proletariado em diferentes grupos, segundo as diferenças na profissão, no nível de qualificação e em outras características semelhantes, não relacionadas com a exploração dos operários pelos capitalistas. Entretanto, precisamente no período da crise geral do capitalismo, as contradições entre os interesses de classe da burguesia e do proletariado alcançam agudeza antes desconhecida.

O capitalismo atual é declarado “popular”, “democrático”, “trabalhista”. Os economistas reacionários dos Estados Unidos põem particular empenho na exaltação do “modo de vida norte-americano”, tentando, no fundo, ressuscitar, nas novas condições, a de há muito refutada teoria da “excepcionalidade norte-americana”, que teve curso nos anos 20 do século XX e segundo a qual o capitalismo norte-americano distinguir-se-ia por princípio do europeu e a ele seriam

estranho traços como as contradições de classes, a luta de classes, a dominação dos monopólios, o colonialismo, etc.. Em verdade, porém, em nenhum outro lugar a dominação do capital sobre o trabalho, a preponderância dos monopólios em todos os terrenos da vida econômica e política, a onipotência da oligarquia financeira, manifestam-se de forma tão brutal como nos Estados Unidos.

O imperialismo, que é o capitalismo agonizante, o último estágio do seu desenvolvimento, é representado pelos sábios, a serviço dos monopólios, como uma espécie de capitalismo progressista que se encontraria no florescimento de suas forças e possibilidades. Os magnatas do capital financeiro, árbitros absolutos dos destinos de milhões de pessoas, são declarados “servidores da sociedade”. O Estado burguês, guardião dos interesses antipopulares dos monopólios, é proclamado como um organismo que se acha acima e fora das classes, como “o Estado popular” e cada medida tomada, no sentido do desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado, é apresentada como “um passo para o socialismo” que é realizado gradualmente, sem luta de classes, pelos próprios monopolistas e seus prepostos nos governos.

Ao mesmo tempo, uma parte dos economistas, defensores do capitalismo, levando em conta o descontentamento das mais amplas massas populares em face da dominação dos monopólios, elogia a legislação “antitruste” existente em alguns países, que constitui apenas uma certa concessão à opinião pública, mas que, na realidade, não assegura a efetiva “defesa do homem comum”, isto é, dos pequenos proprietários arruinados pelos monopólios.

Um lugar especial na economia política burguesa da época do capitalismo monopolista é ocupado pelas tentativas de justificação e de exaltação da política colonial do imperialismo. Os economistas vulgares colocam nas nuvens a “missão civilizadora”, supostamente cumprida pelas potências imperialistas em relação aos países coloniais escravizados e dependentes. O colonialismo é exaltado como a “conquista para a cultura ocidental e para a civilização cristã” dos povos atrasados, ao mesmo tempo em que são pregadas ideias racistas da supremacia da raça branca, superior sobre as raças “de cor”.

As ideias dos apologistas burgueses, na sua forma mais reacionária, foram utilizadas no período entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais pelo fascismo na Alemanha e em vários outros países. Inimigos encarniçados do socialismo, os fascistas alemães encaminharam-se para a demagogia anticapitalista e chegaram mesmo a denominar-se de nacional-socialistas. Os fascistas ocultavam sua dedicada subserviência ao capital financeiro com hipócritas declarações acerca do “bem comum” e da necessidade da submissão da “parte”, isto é, das massas trabalhadoras ao “todo”, isto é, ao Estado fascista. Os fascistas italianos chamavam este Estado de “Estado corporativo”, no qual teriam sido supostamente liquidados o capitalismo e as classes com suas contradições e suas lutas. Os fascistas alemães, que proclamavam a Alemanha imperialista como o país do “socialismo alemão”, denominaram de *führers* (isto é, guias) os magnatas dos monopólios. Os economistas fascistas tentaram “fundamentar” a política de bandidos da tomada de terras alheias, pela Alemanha hitlerista, com ajuda da chamada “teoria racista” e da “teoria do espaço vital”. De acordo com essas “teorias” canibalescas, os alemães seriam como que a “raça superior dominante”, enquanto que todas as demais nações seriam “inferiores”, sendo que a “raça dos senhores” tinha o direito de apoderar-se pela força das terras dos outros povos “inferiores” e estender sua dominação sobre todo o mundo. A experiência histórica mostrou à sociedade todo o absurdo e inconsistência dos delirantes planos hitleristas de conquista da dominação mundial.

No período da crise geral do capitalismo, os círculos dominantes dos países capitalistas, profundamente alarmados diante das perspectivas do desemprego em massa, que traz em si o perigo de sérios embates de classe e comoções sociais, começaram a difundir diferentes teorias insinuando a ilusão da possibilidade de assegurar o “pleno emprego”, de eliminar a anarquia da produção e das crises com a manutenção do regime capitalista.

Entre tais teorias destinadas a dissimular o caráter reacionário do capitalismo contemporâneo e pintá-lo como um regime social progressista, alcançou a maior difusão a teoria do economista inglês *J.M. Keynes* (1883 / 1946), por ele exposta no livro “*Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*” (1936).

Keynes esforçou-se por demonstrar que a causa do desemprego em massa permanente e das crises não tem suas raízes na natureza do capitalismo, mas na psicologia dos homens. Segundo ele, o desemprego é resultado da insuficiência da procura de objetos de consumo individual e produtivo. A insuficiência da procura de artigos de consumo individual seria supostamente provocada por uma inclinação, inerente aos homens, à poupança de parte de seus ingressos, enquanto que a insuficiência na procura de objetos de consumo produtivo dever-se-ia a uma diminuição do interesse dos capitalistas na aplicação dos seus capitais em diferentes ramos da economia, em consequência de uma redução geral da “rentabilidade do capital”. Sustenta Keynes que, para aumentar a ocupação da população, é necessário ampliar os investimentos de capital, para o que deve o Estado, de um lado, garantir a elevação da rentabilidade do capital, mediante a diminuição do salário real dos operários e a redução da taxa de juros e, de outro lado, efetuar grandes investimentos às expensas do orçamento. Com o objetivo de aumentar a procura para consumo pessoal, recomenda Keynes o constante incremento do consumo parasitário e da dilapidação das classes dominantes, a elevação das despesas militares e de outros gastos improdutivo do Estado. A teoria de Keynes, sob esta ou aquela modalidade, é hoje amplamente difundida pelos economistas burgueses e também pelos líderes reformistas no movimento operário.

A inconsistência da teoria de Keynes decorre já do fato de que a insuficiência na procura para consumo é condicionada não por uma mística “inclinação dos homens à poupança”, mas sim pelo baixo nível de vida das massas trabalhadoras da população. As medidas preconizadas por Keynes, a inflação, o aumento das despesas improdutivoas, inclusive as relacionadas com a preparação e o desencadeamento de guerras, permitindo embora um aumento temporário da produção, acarretam uma redução ulterior do nível de vida dos trabalhadores, a contração do mercado e o crescimento do desemprego.

Na teoria de Keynes baseiam-se as teorias atualmente muito difundidas nos países burgueses da “economia regulada”, que tentam atribuir características de “economia planificada” ao capitalismo, do qual a anarquia da produção é uma propriedade inevitável. Alguns economistas norte-americanos, em particular A.

*Hansen*, tendo em conta que as possibilidades do desenvolvimento do capitalismo, exclusivamente através da ação de forças econômicas espontâneas, estão consideravelmente reduzidas, exigem a “regulamentação” da economia capitalista pelo Estado, forçando o investimento de capitais através da intensificação das encomendas estatais. Na opinião de Hansen e de uma série de outros economistas norte-americanos, as despesas estatais devem servir de “regulador da ocupação”: Nas épocas de crises e depressões, deve o governo ampliar suas despesas e reduzi-las nos períodos de inflação. Partindo daí, reclamam eles a ampliação da prática das encomendas estatais, a criação de empresas por conta de fundos públicos, a compra de matérias-primas estratégicas em grande escala, o aumento do exército e do aparelho estatal. Na realidade, o aumento das despesas estatais relacionadas com a militarização da economia e a corrida armamentista é um instrumento de enriquecimento dos gigantescos monopólios e de intensificação da exploração dos trabalhadores através do mecanismo dos impostos e dos preços.

As teorias da “economia regulada”, utilizadas para fundamentar o crescimento do capitalismo monopolista de Estado e a militarização da economia, estão difundidas nos Estados Unidos, Inglaterra, França (onde são conhecidas sob a denominação de “dirigismo”, isto é, economia “dirigida”) e em outros países. Nestas concepções baseia-se a política econômica realizada pelos governos, em benefício dos monopólios dominantes. A vida refuta as afirmações dos adeptos da teoria da “economia regulada”, segundo as quais a militarização da economia seria um remédio eficaz contra as crises econômicas de superprodução. Na realidade, a militarização da economia, capaz de retardar apenas temporariamente a eclosão da crise de superprodução, em última análise aprofunda inevitavelmente a contradição entre o crescimento das possibilidades produtivas e a contração da procura solvente da população que conduz às crises econômicas.

As teorias da “economia regulada” constituem uma das principais variantes da apologética burguesa contemporânea. Uma outra variedade sua difundida é a teoria que se manifesta sob a bandeira do “livre jogo das forças” e da “livre empresa”. Os adeptos dessa corrente afirmam antes de tudo que a regulamentação estatal, realizada em proveito dos monopólios, torna-se cada vez mais impopular, não

apenas entre as amplas massas dos trabalhadores e da pequena burguesia, mas também em determinados círculos da média burguesia. Em tais condições, muitos economistas burgueses, que de fato defendem os interesses dos monopólios dominantes, tentam utilizar-se da bandeira da “liberdade econômica” a fim de, conquistar a opinião pública para sua causa.

O mais flagrante caráter de classe das teorias da “livre empresa” manifesta-se numa série de economistas americanos e ingleses que defendem abertamente a liberdade ilimitada para os monopólios explorarem os operários e saquearem os consumidores. Hipocritamente, esses economistas declaram que a atividade dos sindicatos, em defesa dos operários, é uma violação da “liberdade econômica” e elogiam a legislação reacionária antioperária dos Estados burgueses.

Na Alemanha ocidental, a doutrina econômica oficial dos círculos dirigentes monopolistas é o chamado “neoliberalismo” que defende o capitalismo contemporâneo, sob o rótulo de “economia social de mercado” ou “livre economia de mercado”.

V. *Eichen*, L. *Erhardt* e outros representantes desta corrente afirmam que a prática da rigorosa regulamentação estatal da vida econômica, pelo governo hitlerista e depois pelas autoridades de ocupação das potências ocidentais, descreditou ao extremo a ideia da “economia regulada” aos olhos das amplas massas da população da Alemanha ocidental. Os neoliberais difundem a ilusão acerca de que as medidas de política econômica podem paralisar as consequências perniciosas dos monopólios, enfraquecer o seu papel na economia e garantir a livre concorrência. Os neoliberais caracterizam a economia da Alemanha ocidental como “livre economia de mercado”, tentando demonstrar que de fato foi afastado o poder dos monopólios.

As divergências entre os partidários da “economia regulada” e os defensores da “livre empresa” limitam-se, em grau considerável, a um caráter tático, mas ao mesmo tempo exprimem também as contradições de interesses de grupos isolados do capital monopolista e de grupos isolados da burguesia. Os defensores da “livre

empresa” têm em conta o descontentamento da pequena e média burguesia que sofre com o domínio dos monopólios e sonham com um capitalismo sem monopólios. As diferentes medidas empreendidas, sob a bandeira da “economia regulada”, estão relacionadas com o considerável crescimento das despesas estatais, o que conduz à intensificação dos processos inflacionários. Os partidários da “economia regulada” habitualmente defendem a prática inflacionista. Os defensores da “livre empresa” manifestam-se geralmente contra a inflação. Entretanto, em sua propaganda anti-inflacionista há não pouco de demagogia, uma vez que com frequência eles apoiam a militarização que é uma das causas principais do aumento das despesas estatais e da intensificação da inflação. Ao mesmo tempo, a propaganda anti-inflacionista também reflete, em certa medida, os reais interesses de determinados grupos da burguesia, particularmente os grandes detentores de obrigações dos empréstimos públicos, pois a depreciação do dinheiro significa inevitavelmente a depreciação destes títulos.

As divergências entre os partidários da economia regulada” e da “livre empresa” refletem igualmente, até certo ponto, discrepâncias entre os interesses de diferentes grupos do capital monopolista na esfera da política do comércio exterior. Os representantes dos monopólios, que realizam grandes exportações de mercadorias, apoiam com frequência a ideia da “livre empresa”, com o objetivo de enfraquecer a resistência dos países economicamente mais débeis à concorrência arrasadora das potências capitalistas mais fortes. Os monopolistas, que se orientam principalmente para o mercado interno, apegam-se principalmente às teorias da “economia regulada”, que justificam, em particular, elevados direitos aduaneiros.

A parte mais reacionária dos economistas burgueses em seu empenho de justificar a agressiva política exterior das potências imperialistas, notadamente dos Estados Unidos, segue as pegadas dos fascistas alemães e preconiza a “teoria racista” de ódio à humanidade, apresentando uma nova variedade desta, a “superioridade” das nações de língua inglesa e seu papel civilizador em relação aos povos atrasados.

Muitos apologistas do imperialismo norte-americano manifestam-se contra a independência dos povos e contra a soberania nacional, proclamando demagogicamente que a existência de Estados nacionais é a causa fundamental de todos os males sociais da sociedade burguesa contemporânea, tais como o militarismo, as guerras, o desemprego, a pobreza das pessoas, etc.. Ao princípio da soberania nacional dos povos, eles contrapõem a ideia cosmopolita do “Estado mundial”, no qual o papel dirigente cabe invariavelmente aos Estados Unidos.

Alguns economistas burgueses colocam-se abertamente na posição de propagandistas de uma nova guerra mundial. Proclamam que a guerra é um fenômeno natural e eterno da vida social. Papel particular na propaganda de uma nova guerra mundial é desempenhado pelas tentativas de ressuscitar a de há muito desmascarada teoria de Malthus. Constitui uma característica do malthusianismo atual a combinação das ideias reacionárias de Malthus com a teoria racista. Os economistas malthusianos afirmam que o globo terrestre estaria supostamente superpovoado em consequência da “desmedida multiplicação” dos homens, sendo que precisamente aí estaria a causa essencial da fome e de todas as demais desgraças das massas trabalhadoras. Os modernos malthusianos tentam persuadir à opinião pública de que se não forem tomadas medidas para reduzir a população, nesse caso tornar-se-ão inevitáveis guerras devastadoras com o emprego de bombas atômicas e outros meios de extermínio em massa. Os malthusianos tentam difundir suas teorias nos países pouco desenvolvidos e densamente povoados, que faz pouco se libertaram do colonialismo e onde a dominação dos colonizadores deixou como herança um enorme desemprego e um nível de vida extremamente baixo das massas populares, entretanto, a opinião pública destes países convence-se cada vez mais na prática de que a saída para a miséria deve ser buscada no caminho da luta decidida pela independência nacional e pela liquidação do atraso econômico.

Ao mesmo tempo, a consciência do perigo que a corrida armamentista e o desencadeamento de uma nova guerra mundial representam para o regime capitalista, impele uma série de economistas burgueses para uma posição de crítica

das diferentes manifestações aventureiras da política imperialista e também das teorias mais reacionárias utilizadas para justificar essa política.

Um lugar importante é destinado pela economia política burguesa contemporânea, ou seja, a tarefa de desacreditar o socialismo. Tenta resolver esta tarefa recorrendo à calúnia que nada tem de comum com a ciência. As objeções pseudoteóricas da economia política burguesa contemporânea ao socialismo não passam de repetições das pequenas ideias antissocialistas da primeira metade do século XIX, submetidas a uma análise crítica definitiva ainda por Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*.

Nos últimos decênios, em determinados ramos da ciência econômica dos países capitalistas, vem sendo amplamente utilizado o método matemático que recebeu a denominação de *econometria*. É ele aplicado no estudo da dinâmica da procura de diferentes mercadorias, da mudança das proporções entre os ramos da economia em ligação com o desenvolvimento da técnica, na solução de questões relacionadas com a organização da produção nas empresas, por exemplo, na determinação do sortimento de produção que oferece maiores vantagens ou da estrutura mais vantajosa dos gastos produtivos, etc..

O método matemático, desde que focado de forma metodologicamente correta, pode oferecer um grande resultado positivo como instrumento auxiliar de estudo dos fenômenos econômicos, em seu aspecto quantitativo, entretanto, os economistas burgueses, ao aplicar este método no estudo do aspecto quantitativo dos fenômenos econômicos concretos, ignoram o aspecto qualitativo, o caráter das relações de produção ou então tentam transformá-lo de método auxiliar em método fundamental do conhecimento da essência dos fenômenos econômicos. Estas tentativas fracassam inevitavelmente. Como já se disse, as leis do desenvolvimento das relações de produção são estudadas pela economia política marxista com a ajuda do método inteiramente científico do materialismo dialético.

A vida mostra a inconsistência das construções teóricas da economia política burguesa contemporânea. Reunindo um grande material de fatos sobre questões da

economia de ramos, de empresas, de organização da produção e realizando, por vezes, valiosos trabalhos de caráter concreto e descritivo sobre determinadas questões, a ciência econômica burguesa revela-se de todo impotente para descobrir a essência dos processos radicais que se operam na vida econômica da sociedade contemporânea.

### **5.10 A Crítica Pequeno-Burguesa do Imperialismo**

Diferentemente de Sismondi, que considerava o sistema da livre concorrência como a origem de todos os males do capitalismo, uma parte considerável dos economistas pequeno-burgueses da época do imperialismo exalta o capitalismo da época da livre concorrência, pintando-o como o melhor regime econômico para a sociedade. Voltam eles o gume de sua crítica não contra o capitalismo em geral, mas somente contra o domínio ilimitado dos monopólios capitalistas, vendo no seu arbítrio a principal ameaça à “liberdade econômica”, à “iniciativa privada”, etc..

Nos trabalhos dos críticos pequeno-burgueses do imperialismo, encontram-se abundantes dados que desmascaram a atuação rapace dos monopólios, entretanto, muitos economistas pequeno-burgueses criticam os monopólios situando-se em posições reacionárias e utópicas, reclamando o retorno ao capitalismo da livre concorrência. Negam a possibilidade da passagem ao socialismo, sem o que carece de sentido a eliminação do domínio dos monopólios. A crítica pequeno-burguesa do imperialismo semeia ilusões acerca da possibilidade da eliminação dos “abusos” dos monopólios e do fortalecimento das posições das pequenas e médias empresas, mediante a legislação “antitruste”, a adoção de todas as medidas possíveis de estímulo às pequenas empresas, a luta contra as manobras especulativas dos tubarões das finanças, mas conservando o capitalismo. Uma série de economistas pequeno-burgueses preconiza a utópica tese de que nas condições do capitalismo é possível salvar da ruína os pequenos produtores de mercadorias, os camponeses, os artesãos e melhorar radicalmente a situação dos operários através do desenvolvimento da cooperação de consumo, agrícola e artesanal.

Nas condições atuais, muitos representantes da economia política pequeno-burguesa manifestam-se como porta-vozes do descontentamento das camadas médias da população em face do arbítrio dos monopólios, do despotismo do poder estatal, do insuportável jugo dos impostos e da ameaça de uma nova guerra mundial<sup>1</sup> originária dos agressivos círculos imperialistas. Nos países da Europa ocidental e particularmente nos países pouco desenvolvidos, uma série de representantes desta corrente toma parte ativa no movimento democrático contra o esmagamento da soberania nacional dos outros países pelo imperialismo, contra a corrida armamentista e contra a aventureira “política de posição de força”. Nos últimos anos, alguns economistas burgueses e pequeno-burgueses, tendo em conta os fatos, viram-se obrigados a reconhecer os defeitos do capitalismo e a superioridade da economia socialista.

As concepções da economia política marxista alcançam uma difusão cada vez maior entre a parte progressista da intelectualidade dos países capitalistas, coloniais, semicoloniais e inclusive entre os economistas. A marcha objetiva do desenvolvimento social, os fatos da vida real convencem cada vez mais os economistas de vanguarda dos países capitalistas sobre a condenação histórica do velho capitalismo e sobre o caráter histórico progressista do novo regime socialista.

### **5.11 Teorias Econômicas do Revisionismo e do Reformismo Contemporâneo**

As inumeráveis tentativas da ciência burguesa de “aniquilar o marxismo não abalaram, por pouco que fosse, as posições marxistas. Então, a luta contra o marxismo passou a ser conduzida sob a bandeira dos “aperfeiçoamentos” e das “interpretações” da teoria de Marx. A teoria marxista obriga os seus adversários a *disfarçar-se* de marxistas.

Por esse meio, os inimigos do marxismo penetram no movimento operário, onde se manifestam como portadores da política oportunista e da ideologia reformista. O apoio social do oportunismo e do reformismo no movimento proletário, na época do imperialismo, é constituído, antes de tudo, pelas camadas superiores da classe

operária (“aristocracia operária”) subornadas pela burguesia monopolista, mas também pelos representantes das camadas pequeno-burguesas da população que afluem incessantemente às fileiras do proletariado.

Na década de 90 do século XIX, fez o seu aparecimento em cena o *revisionismo*, do qual o principal representante foi o social-democrata alemão *E. Bernstein*.

Os revisionistas manifestam-se contra as concepções de Marx e Engels acerca da inevitabilidade da revolução proletária e da instauração da ditadura do proletariado. Submeteram a uma completa revisão (reexame) todos os aspectos da doutrina econômica revolucionária de Marx. Os revisionistas propunham a fusão da teoria do valor pelo trabalho de Marx com a teoria da utilidade limite (utilidade marginal) e, no fundo, sua substituição por esta última. Interpretavam a teoria marxista da mais-valia no sentido de uma “condenação moral” da exploração capitalista. Cobrindo-se com dados supostamente novos acerca do desenvolvimento do capitalismo, os revisionistas declararam “antiquada” a doutrina marxista acerca da vitória da grande produção sobre a pequena, acerca do empobrecimento do proletariado na sociedade capitalista, do caráter irreconciliável e do agravamento das contradições de classe, da inevitabilidade das crises econômicas de superprodução. Apelavam para os operários no sentido de que renunciassem à luta revolucionária pelo socialismo e se restringissem à luta pelas reivindicações econômicas cotidianas dentro dos marcos do capitalismo. Na Rússia, as concepções revisionistas foram defendidas pelos chamados “marxistas legais” que eram, de fato, ideólogos burgueses (*P.Struve, M.Tugan-Baranovski* e outros), pelos representantes do grupo oportunista dos “economistas” e pelos mencheviques.

Uma forma mais sutil de falsificação do marxismo foi utilizada pelos oportunistas da II Internacional *Kautsky* (1854 /1938), *R.Hilferding* (1877/1941) e outros. No início de suas atividades, foram marxistas e contribuíram para a difusão da concepção marxista. Nesse particular, devem ser destacados trabalhos de Kautsky como “*A Doutrina Econômica de Karl Marx*”, “*A Questão Agrária*” e alguns outros, bem como a obra de Hilferding “*O Capital Financeiro*” (1910), a qual,

apesar dos erros nela contidos, desempenhou certo papel positivo no estudo da fase mais recente do desenvolvimento do capitalismo.

Posteriormente, porém, Kautsky e Hilferding bandearam-se para a posição de adversários do marxismo revolucionário, continuando por um certo tempo a atuar sob a máscara de “ortodoxos”, isto é, de discípulos legítimos de Marx e Engels. Objetando em palavras, e mesmo assim de maneira inconsequente, algumas afirmações dos revisionistas, estes oportunistas privavam o marxismo de sua essência revolucionária e esforçavam-se por transformá-lo num dogma morto. Deixavam de lado a concepção da ditadura do proletariado, que é essência do marxismo, negavam o empobrecimento da classe operária e afirmavam que as crises no capitalismo acabariam por deixar de existir.

Ocultando as profundas contradições do capitalismo monopolista, Kautsky considerava o imperialismo apenas como um tipo especial de política e precisamente como aspiração dos países industriais altamente desenvolvidos de subordinar a si as regiões agrárias. Esta teoria semeava a ilusão de que a política de rapina não decorre da essência do capitalismo monopolista. Nos anos da Primeira Guerra Mundial, Kautsky formulou a teoria antimarxista do “ultra-imperialismo”, afirmando que sob o imperialismo seria supostamente possível, mediante acordos entre os diferentes países imperialistas, criar uma economia mundial organizada e com isso eliminar a anarquia da produção e as guerras. A teoria do “ultraimperialismo” embelezava o capitalismo e desarmava a classe operária em proveito da burguesia, criando a ilusão sobre um desenvolvimento pacífico e sem crises do capitalismo. Ao mesmo fim, servia igualmente à teoria vulgar das “forças produtivas”, difundida por Kautsky, segundo a qual a transição para o socialismo constituiria o resultado automático do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade capitalista, sem luta de classes e sem revolução. Depois da Revolução Russa de Outubro, Kautsky colocou-se na posição de luta aberta contra a primeira ditadura do proletariado instaurada no mundo e conclamou a intervenção contra a República soviética.

R. Hilferding, já no seu trabalho “*O Capital Financeiro*”, velou o papel decisivo dos monopólios no capitalismo contemporâneo e o agravamento de suas contradições, ignorou igualmente importantíssimos traços do imperialismo como o parasitismo e a decomposição do capitalismo, a divisão do mundo entre as potências imperialistas e a luta por uma nova repartição do mundo. Nos anos da estabilização temporária e parcial do capitalismo, depois da Primeira Guerra Mundial, Hilferding repetiu os economistas burgueses, afirmando que havia supostamente começado a era do “capitalismo organizado”, na qual, graças à atividade dos monopólios, desaparecem a concorrência, a anarquia da produção, as crises e começa a imperar a organização planejada e consciente.

O embelezamento do capitalismo por Kautsky, Hilferding e outros teóricos reformistas da socialdemocracia estava estreitamente ligado à sua pregação da “integração pacífica do capitalismo no socialismo”, mantida a dominação dos magnatas do capital, pregação orientada no sentido da submissão do movimento operário aos interesses da burguesia. A este fim servia, em particular, a teoria apologética da “democracia econômica”, difundida por alguns líderes socialistas de direita no período entre as duas guerras mundiais. Consoante essa teoria, os operários, atuando na condição de representantes dos sindicatos nas diretorias das fábricas e em outros organismos, participam, com uma suposta igualdade de direitos, ao lado dos capitalistas, na direção da economia e se tornam gradualmente donos da produção. Uma modalidade da teoria reformista da integração pacífica do capitalismo no socialismo é a teoria do “socialismo cooperativo”, edificada sobre a ilusão de que, conservada a dominação do capital, a difusão das formas cooperativas levaria supostamente ao socialismo.

Na Rússia, os pontos de vista antimarxistas kautskianos, sobre as questões da teoria do imperialismo, foram difundidos pelos inimigos do leninismo. Propagando as teorias oportunistas do “imperialismo puro”, do “capitalismo organizado”, etc., desejavam eles dissimular as contradições cada vez mais agudas do capitalismo monopolista.

Os teóricos do reformismo contemporâneo no movimento operário geralmente repetem os economistas burgueses e pequeno-burgueses na apreciação dos processos mais importantes do desenvolvimento econômico e na interpretação dos fenômenos econômicos. Assim, os líderes dos partidos socialistas de direita difundem a ficção de que o Estado burguês contemporâneo estaria supostamente situado acima das classes, quando, na verdade, não importa qual seja sua forma, ele representa a ditadura da burguesia monopolista.

Os teóricos do oportunismo atuam como apologistas do capitalismo monopolista de Estado, por eles exaltado como transição para o socialismo, como economia “regulada” e “organizada”, que estaria isenta de males do capitalismo como a anarquia da produção, as crises e a dilapidação rapace das forças produtivas, ao tempo em que são mantidas na miséria as massas fundamentais da população trabalhadora. Os socialistas de direita afirmam que nos Estados Unidos e nos países da Europa ocidental existiria uma “economia mista, na qual elementos do capitalismo e do socialismo viveriam harmoniosamente. Os líderes reformistas dos partidos socialistas e os dos sindicatos, que se acham sob sua influência, rotulando-se de socialistas, ao mesmo tempo abdicam de qualquer luta verdadeira pelo socialismo. Muitos líderes de sindicatos norte-americanos negam abertamente qualquer necessidade da passagem ao socialismo e atuam como apologistas do capitalismo norte-americano.

Os líderes trabalhistas proclamaram como sendo uma realização das ideias do “socialismo democrático” a nacionalização do Banco da Inglaterra, das ferrovias e de alguns ramos industriais, por eles levada a efeito durante sua permanência no poder, depois da Segunda Guerra Mundial. Na realidade, porém, a nacionalização trabalhista foi essencialmente uma medida burguesa, porquanto não modificou a natureza econômico-social das empresas nacionalizadas como empresas capitalistas. A burguesia monopolista continuou sendo a dona absoluta da Inglaterra. Os proprietários das empresas nacionalizadas, que eram anteriormente deficitárias, obtiveram generosa indenização e a garantia de elevada renda, ao passo que a situação dos operários ocupados nos ramos nacionalizados essencialmente não se modificou. Do mesmo modo, aconteceu na França, Áustria e outros países

capitalistas da Europa ocidental, onde foi empreendida a nacionalização de uma série de ramos e empresas. Posteriormente, muitos partidos socialistas de direita passaram a pronunciar-se contra a nacionalização e a apoiar a burguesia quanto à reprivatização (transmissão das empresas nacionalizadas a proprietários privados).

Os líderes socialistas de direita ocupam, na maioria dos casos, uma posição abertamente hostil em relação ao marxismo, declarando ser ele incompatível com as ideias do “socialismo democrático” e que por isso deve ser rejeitado. No domínio da teoria econômica, substituem a doutrina marxista por todo tipo de construções ecléticas da economia política burguesa contemporânea e, em primeiro lugar, pela teoria do keynesianismo. Ao mesmo tempo, alguns teóricos do reformismo, tendo em conta a imensa força de atração das ideias marxistas, preferem ocultar sua atitude hostil para com o marxismo, seguindo o exemplo dos revisionistas de fins do século XIX e começos do século XX, com afirmações de que muitas teses do marxismo teriam “envelhecido” e por isso “devem ser postas de lado”. Entre as teses “envelhecidas” a que se referem os oportunistas, estariam as teses mais fundamentais da concepção marxista, tais como, sobre a revolução socialista e a ditadura do proletariado, sobre as classes e a luta de classes, sobre o empobrecimento do proletariado no capitalismo, sobre as crises econômicas de superprodução, etc..

Os oportunistas substituem a teoria marxista revolucionária por elucubrações reformistas acerca de uma integração gradual e pacífica do capitalismo no socialismo, acerca da desnecessidade da conquista revolucionária do poder político pela classe operária, da substituição revolucionária da propriedade privada capitalista dos meios de produção pela propriedade social. Enaltecem, por todos os meios, a democracia burguesa, pintando o Estado burguês como o “Estado da prosperidade geral”. Os reformistas modernos, secundando os economistas burgueses, difundem a teoria do “capitalismo popular” e da “democratização do capital” e falam de um “nivelamento das rendas” nos países capitalistas. Tais concepções são orientadas no sentido do ocultamento do antagonismo radical entre a propriedade privada e a propriedade social, entre o capitalismo e o socialismo. Lado a lado com os ideólogos burgueses, os teóricos do reformismo preconizam a

substituição da luta de classes pela paz de classes, enfraquecendo, com isso, a resistência da classe operária à ofensiva dos monopólios contra o nível de vida dos trabalhadores e a política interna e externa antipopular dos governos burgueses.

Esforçando-se para convencer as massas da solidez da ordem capitalista contemporânea e da possibilidade de uma vida acomodada sob tal regime, os teóricos do oportunismo afirmam que supostamente a automatização da produção e outras grandes conquistas técnicas da atualidade abrem o caminho para a liquidação da pobreza e das privações das massas trabalhadoras, para a criação de um alto nível de vida sob o regime capitalista. A vida, entretanto, mostra que o progresso técnico sob o capitalismo atual, particularmente a automatização da produção, traz consigo o aumento da intensificação do trabalho, o crescimento do desemprego, a elevação do grau de exploração do trabalho pelo capital e o agravamento das contradições sociais.

Alguns teóricos da socialdemocracia contemporânea afirmam que as mais recentes conquistas da técnica da produção abririam novas e ilimitadas perspectivas de desenvolvimento para o regime capitalista, reformado, segundo o espírito do fortalecimento dos elementos de capitalismo de Estado. Na realidade, porém, as atuais conquistas da ciência e da técnica, especialmente as perspectivas que elas abrem, testemunham de modo extraordinariamente claro que as forças produtivas da sociedade atual ultrapassaram os estreitos marcos das relações de produção capitalistas e que, em vista disso, os interesses do progresso ulterior da sociedade exigem imperiosamente a substituição revolucionária do capitalismo pelo socialismo.

Os socialistas de direita fazem ilimitada exaltação da democracia formal burguesa, que encobre a exploração do trabalho pelo capital.

Uma luta consequente contra os pontos de vista dos economistas burgueses e os teóricos do reformismo é travada pelos partidos comunistas e operários que se orientam em sua atividade pela concepção do marxismo-leninismo e oferecem réplica decidida a quaisquer tentativas de penetração sub-reptícia das concepções revisionistas.

## 5.12 O Desenvolvimento da Economia Política Marxista do Capitalismo por V. I. Lênin

A doutrina econômica de Marx e Engels foi desenvolvida, de modo criador, nos trabalhos de *V.I. Lênin* (1870 / 1924). Marx, Engels, Lênin são os criadores da economia política científica. Como fiel discípulo e continuador dos trabalhos de Marx e Engels, Lênin defendeu a concepção revolucionária do marxismo contra os ataques da pseudociência burguesa e contra as suas deformações pelos revisionistas e oportunistas. À base da generalização da nova experiência histórica da luta de classe do proletariado, Lênin elevou a doutrina do marxismo a um novo *grau superior*.

Lênin surgiu na arena da luta política na década de 90 do século XIX, quando estava em conclusão a passagem do capitalismo pré-monopolista para o imperialismo, quando o centro do movimento revolucionário mundial se deslocou para a Rússia, país onde amadurecia uma grandiosa revolução popular.

Nos trabalhos elaborados na década de 90 — *A Propósito da Chamada Questão dos Mercados* (1893); *Quem São os “Amigos do Povo” e Como Eles Lutam Contra os Social-Democratas* (1894); *O Conteúdo Econômico do Populismo e sua Crítica no Livro do sr. Struve* (1894); *Para uma Caracterização do Romantismo Econômico* (1897) — Lênin travou uma luta conseqüente tanto contra os populistas, que afirmavam que o capitalismo não se desenvolveria na Rússia, como também contra os “marxistas legais”, os quais exaltavam o capitalismo, ocultavam suas profundas contradições e desejavam subordinar o crescente movimento operário aos interesses da burguesia. A clássica obra de Lênin “*O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*” (1899) completou a derrota ideológica do populismo.

Neste trabalho e em outras obras dos anos 90, Lênin fez uma profunda análise da economia da Rússia, revelou as bases econômicas das contradições, da luta de classes e as perspectivas do movimento revolucionário. Generalizando a experiência do desenvolvimento econômico e político da Rússia e de outros países nos últimos decênios do século XIX, Lênin defendeu e desenvolveu as teses do marxismo

acerca das leis do nascimento e do desenvolvimento do modo de produção capitalista, das suas insolúveis contradições e da inevitável substituição revolucionária do capitalismo pelo socialismo.

Refutando as invencionices populistas sobre o “artificialismo” do capitalismo russo, Lênin revelou os traços característicos da economia e do regime social da Rússia, relacionados com as particularidades do seu desenvolvimento histórico, notadamente a combinação dos métodos da exploração capitalista com as inumeráveis sobrevivências do jugo feudal que davam às relações sociais na Rússia uma agudeza particular.

Na luta contra a atitude desdenhosa do populismo para com o proletariado, Lênin mostrou que o desenvolvimento do capitalismo traz inevitavelmente consigo o crescimento quantitativo, a elevação do grau de organização e da consciência da classe operária que constitui a vanguarda de toda a massa de trabalhadores e explorados. Fundamentou, de modo multilateral, o papel dirigente do proletariado na revolução.

Lênin esclareceu a essência dos processos de diferenciação do campesinato na Rússia de depois da reforma e o íntimo entrelaçamento das sobrevivências da sujeição feudal com o jugo das relações capitalistas, refutando a concepção populista acerca do campesinato, como se este fosse uma massa homogênea. Fez a fundamentação científica da possibilidade e da necessidade da aliança revolucionária da classe operária com as massas trabalhadoras e exploradas do campesinato.

Lênin revelou a base econômica daquelas particularidades da revolução russa que faziam dela uma revolução de novo tipo, isto é, uma revolução democrático-burguesa sob a hegemonia do proletariado e com a perspectiva de sua *transformação* em revolução socialista.

O *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* dá o balanço de uma série de trabalhos de Lênin sobre a *teoria da reprodução capitalista*. Nestes trabalhos, ele

revelou a completa inconsistência das teses de Sismondi perfilhadas pelos populistas sobre a impossibilidade da realização da mais-valia sem a existência de pequenos produtores e do mercado externo e fundamentou, de um modo multilateral, a tese marxista de que o mercado para o capitalismo é criado no curso do desenvolvimento do próprio capitalismo. Lênin desenvolveu ainda as teses marxistas sobre a lei do aumento prioritário da produção de meios de produção na reprodução ampliada, sobre as contradições da realização capitalista, sobre a elevação da composição orgânica do capital como fator de empobrecimento do proletariado e sobre a inevitabilidade das crises periódicas de superprodução no capitalismo.

Constituem contribuições valiosíssimas de Lênin, à economia política marxista, os seus trabalhos acerca da *questão agrária*, nos quais é feita a generalização científica de vasto material sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura da Rússia e de uma série de outros países (França, Alemanha, Dinamarca, Estados Unidos). Em suas obras “*A Questão Agrária*” e os “*Críticos de Marx*” (1901 / 1907), “*O Programa Agrário da Socialdemocracia na Primeira Revolução Russa dos Anos de 1905 / 1907*” (1907), “*Novos Dados Sobre as Leis do Desenvolvimento do Capitalismo na Agricultura*” (1914/1915) e em outros trabalhos, Lênin investigou de modo profundo e multilateral as leis do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, as quais foram caracterizadas por Marx em traços mais gerais.

Na luta contra o revisionismo russo e europeu-ocidental, segundo o qual a agricultura constituiria supostamente um domínio da economia ao qual seria inaplicável a lei da concentração e da centralização do capital, Lênin fez uma análise científica das particularidades do desenvolvimento do capitalismo no campo. Mostrou o caráter profundamente contraditório entre a situação econômica das massas fundamentais do campesinato e a inevitabilidade de sua ruína na sociedade burguesa. Lênin defendeu e desenvolveu a teoria marxista da renda diferencial e da renda absoluta da terra. Revelando a significação da renda absoluta como um dos principais fatores que freiam o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura, Lênin examinou, de maneira multiforme, a questão da possibilidade das condições e das consequências econômicas da nacionalização da terra nas

revoluções democrático-burguesa e socialista. Desmascarou economistas burgueses que difundem a pseudocientífica “lei da fertilidade decrescente do solo”. Lutando contra a linha oportunista dos partidos europeu-ocidentais da II Internacional e do menchevismo russo, relativo ao campesinato, Lênin fundamentou a necessidade da classe operária aplicar uma política que tivesse em vista a transformação das massas fundamentais do campesinato em aliadas do proletariado revolucionário.

A teoria leninista da questão agrária era uma profunda fundamentação econômica da política do Partido Comunista da Rússia no domínio das relações do proletariado com o campesinato e, em particular, de sua reivindicação programática de nacionalização da terra. Os trabalhos de Lênin sobre o problema agrário constituem a base teórica do programa agrário e da política agrária de vários partidos comunistas.

Lênin revelou a total falta de consistência da crítica revisionista da economia política marxista. Mostrou a bancarrota do revisionismo em todas as questões básicas da economia política do capitalismo, na teoria do valor, na teoria da mais-valia, na teoria da concentração do capital, na teoria das crises, etc.. Teve imensa importância para o desenvolvimento da teoria marxista a defesa consequente, feita por Lênin, do materialismo histórico e dialético no livro *Materialismo e Empiriocríticismo*. Este livro assestou um golpe esmagador nas próprias raízes das “teorias” revisionistas, em sua filosofia idealista.

Tendo vivido na época do capitalismo pré-monopolista, Marx e Engels não podiam naturalmente fazer a análise do imperialismo. Cabe a Lênin o grande mérito da investigação marxista do estágio monopolista do capitalismo.

Apoiando-se nas teses fundamentais de “*O Capital*” e generalizando os fenômenos na economia dos países capitalistas, Lênin foi o primeiro marxista a fazer uma análise multilateral do imperialismo como última etapa do capitalismo, como vésperas da revolução social do proletariado. Esta análise está contida em sua obra clássica “*O Imperialismo, Estádio Superior do Capitalismo*” (1916) e em outros

trabalhos do período da Primeira Guerra Mundial: “*O Socialismo e Guerra*”, “*Sobre o Lema dos Estados Unidos da Europa*”, “*Uma Caricatura do Marxismo e o Imperialismo Econômico*”, “*O Imperialismo e a Cisão do Socialismo*”, “*O Programa Militar da Revolução Proletária*”.

A teoria leninista do imperialismo tem como ponto de partida o fato de que a base mais profunda do imperialismo, sua essência econômica, é constituída pelo domínio dos monopólios e que o imperialismo é o capitalismo monopolista. Lênin submeteu a uma ampla investigação os principais traços econômicos do imperialismo e as formas concretas de dominação dos monopólios. Lênin mostrou que o imperialismo nasce como o desenvolvimento e a continuação das propriedades fundamentais do capitalismo em geral. O imperialismo não suprime as leis do capitalismo, não suprime a troca, o mercado de concorrência, crises, mas somente acentua as contradições inerentes ao regime burguês. Na doutrina leninista do imperialismo, são reveladas as particularidades da ação das leis econômicas do capitalismo em seu estágio imperialista. Sob o imperialismo, à base da dominação dos monopólios surgem os altos lucros de monopólio que constituem uma forma metamorfoseada da mais-valia, específica desta época. Ao caracterizar o imperialismo como estágio novo e superior do capitalismo, Lênin determinou o lugar histórico do imperialismo e mostrou que o imperialismo representa o capitalismo monopolista, parasitário ou em decomposição e moribundo. A teoria leninista do imperialismo revela as agudíssimas contradições do capitalismo na fase monopolista do seu desenvolvimento, tais como, as contradições entre o trabalho e o capital, entre as metrópoles e as colônias e entre os países imperialistas. Elucida as causas econômicas profundas que provocam a inevitabilidade das guerras imperialistas pela redivisão do mundo. O agravamento e o aprofundamento de todas estas contradições chegam a limites extremos, após os quais começa a revolução. Lênin fundamentou a justeza da luta de libertação dos povos contra o jugo e a escravização imperialista.

Lênin elaborou a questão do capitalismo monopolista de Estado e da submissão do aparelho de Estado burguês aos monopólios. Mostrou que o capitalismo monopolista de Estado constitui, de um lado, a forma mais elevada da socialização

capitalista da produção e a preparação material para o socialismo e, de outro lado, a intensificação da exploração da classe operária e de todas as massas trabalhadoras.

Lênin descobriu a *lei do desenvolvimento econômico e político desigual* dos países capitalistas no período do imperialismo. Partindo dessa lei, realizou ele a grande descoberta científica da possibilidade da ruptura da cadeia imperialista mundial em seu elo mais fraco, concluiu pela possibilidade da vitória do socialismo inicialmente em alguns países ou mesmo num só país tomado isoladamente e pela impossibilidade da vitória simultânea do socialismo em todos os países. Lênin fundamentou o enorme papel do campesinato como aliado do proletariado na revolução. Elaborou a questão nacional-colonial e indicou o caminho para sua solução. Demonstrou a possibilidade e a necessidade da união entre o movimento operário nos países desenvolvidos e o movimento nacional-libertador nas colônias, na frente única de luta contra o inimigo comum, o imperialismo.

A teoria leninista do imperialismo constitui a fundamentação da necessidade da revolução socialista, a fundamentação da ditadura da classe operária nas condições de uma nova época histórica que é a época dos embates diretos e decisivos do proletariado pelo socialismo. Lênin criou, desse modo, uma nova *teoria da revolução socialista*.

Lênin criou a doutrina da crise geral do capitalismo, etapa histórica da derrocada do regime capitalista e da vitória do regime socialista, novo e superior. Ainda nos anos da Primeira Guerra Mundial, chegou à conclusão de que o período do desenvolvimento relativamente pacífico do capitalismo havia passado.

Lênin elaborou a teoria do imperialismo e da crise geral do capitalismo em luta irreconciliável contra os economistas burgueses e os oportunistas da II Internacional. Revelou a completa inconsistência teórica e a nocividade política da teoria antimarxista do “ultraimperialismo” de Kautsky.

Na luta contra as deformações do marxismo por Bukharin, Lênin acentuou mais de uma vez que o “imperialismo puro”, sem a base fundamental do capitalismo,

nunca existiu, não existe em parte alguma e jamais existirá. Lênin pôs a nu as raízes das correntes oportunistas no movimento operário, mostrando que estas correntes se desenvolvem à base do suborno das camadas superiores da classe operária pela burguesia.

Lênin assestou um golpe demolidor na maneira apologética como os oportunistas enfocavam o capitalismo monopolista de Estado, que tentavam fazer passar como “socialismo”.

A economia política marxista-leninista serve de guia para a ação dos partidos comunistas e operários de todos os países. Ela ilumina o caminho dos trabalhadores para a emancipação do jugo do capital.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS – INSTITUTO DE ECONOMIA. ***Manual de economia política***. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda, 1961.

LÊNIN, V. I. ***Imperialismo, fase superior do capitalismo***. São Paulo: Global Editora, 1979.

## **APÊNDICE – Sobre a organização de textos**

Ivan Barbosa Hermine é natural de Belo Horizonte, MG, nascido em 1947. Ingressou na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) em 1966, cursando Sociologia e Política até 1968, 3º ano, sem concluir o curso, então instalado no Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Filosofia da UFMG.

Iniciou o curso de Pilotagem de Aeronaves em 1968 no Aeroclube de Lagoa Santa, MG. Trabalhou em várias empresas do ramo e se aposentou, em 1993, na função de comandante de aeronaves na empresa VASP (Viação Aérea São Paulo). Na área profissional, desempenhou as funções de Instrutor de Voo e Checador (check pilot - examinador de voo) pelo DAC, Departamento de Aviação Civil, habilitando-se no Instituto de Aviação Civil, vinculado ao DAC e Ministério da Aeronáutica. Exerceu também a Chefia de Treinamento nas áreas de Ensino e Operações de Voo em empresa aérea.

Na função de Comandante Mor (Master) de Linhas Aéreas, efetuou voos nacionais e internacionais, tendo realizado cursos especiais nas empresas Boeing e McDonnell Douglas nos EUA, Finnair na Finlândia, Aerolíneas Argentinas na Argentina e Fast Air (Grupo Lan Chile) no Chile.

É Bacharel em Aviação Civil pela Universidade Anhembi Morumbi de São Paulo, com habilitação nas áreas de Pilotagem de Aeronaves e Gestão de Empresas Aéreas. Autor de trabalho de pesquisa em Teoria de Voo (aerodinâmica) de Avião para Pilotos. Pós-graduado em Segurança de Voo.

Na atividade de professor universitário, lecionou as matérias Teoria de Voo de Avião, Aerodinâmica de Alta velocidade, Pesos, Balanceamento e Conhecimentos Técnicos (Aeronaves e Motores) no Curso Superior de Aviação Civil, contribuindo na formação de pilotos de aeronaves e gestores de empresas aéreas e aeroportos.

Foi Dirigente Sindical por dois mandatos: Vice-Presidente Nacional e Delegado Sindical, em São Paulo, pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas, de 1980 a 1986; Delegado Sindical junto à CONCLAT (Conferência da Classe Trabalhadora) em 1981 e no CONCLAT (Congresso da Classe Trabalhadora) de 1983, quando da criação da CUT (Central Única dos Trabalhadores). De 1990 a 1992, cumpriu o mandato de Presidente da APVASP, Associação de Pilotos da VASP ( Viação Aérea São Paulo ).

Militante do PCB desde 1985, tendo se retirado das atividades partidárias, em novembro de 2019, por motivo de saúde (restrição visual), mantidas a filiação e colaboração, no que for possível.

Integrante da 22ª turma do NEP 13 de Maio, Núcleo de Educação Popular.

## **ÍNDICE GERAL DA OBRA**

ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA – VOL I / VIII  
1 OBJETO DA ECONOMIA POLÍTICA

ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA – VOL II / VIII  
2 MODOS DE PRODUÇÃO PRÉ-CAPITALISTAS

ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA – VOL III / VIII  
3 CAPITALISMO PRÉ-MONOPOLISTA

ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA – VOL IV / VIII  
4 CAPITALISMO MONOPOLISTA – O IMPERIALISMO

ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA – VOL V / VIII  
5 DOCTRINAS ECONÔMICAS DA ÉPOCA DO CAPITALISMO

ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA – VOL VI / VIII  
6 PERÍODO DE TRANSIÇÃO DO CAPITALISMO AO SOCIALISMO

ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA – VOL VII / VIII  
7 O MODO DE PRODUÇÃO SOCIALISTA

ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA – VOL VIII / VIII  
8 FORÇAS PRODUTIVAS E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NA CHINA